



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 22/2020

Período: 27/06/2020 - 03/07/2020

GEDES – UNESP

- 1- Periódico analisou o papel dos militares no governo Bolsonaro
- 2- Em *live* a psicanalista, Maria Rita Kehl, comentou sobre crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985)
- 3- Ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho comentou sobre o “Poder Moderador”
- 4- Impunidade e os Horrores da Ditadura
- 5- “Libelu – Abaixo a Ditadura” é o nome de novo documentário sobre a ditadura

1- Periódico analisou o papel dos militares no governo Bolsonaro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a chegada do capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro à Presidência da República, foi vista como uma oportunidade para alguns oficiais-generais brasileiros. Segundo a *Folha*, a aproximação de Bolsonaro com as Forças Armadas teria sido mediada por generais da reserva e após o primeiro turno, houve uma aprovação de Bolsonaro por parte do Alto-Comando do Exército. Para a *Folha*, após um ano e meio do governo Bolsonaro, as Forças Armadas estariam enfrentando a sua maior crise existencial dos últimos tempos. De acordo com a *Folha*, o ex-Secretário de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz declarou: “Há uma grande confusão institucional”. Além disso, Santos Cruz comentou sobre 10 dos 23 ministros serem militares, incluindo militares da ativa. Como, o general Luiz Eduardo Ramos, ministro-chefe da Secretaria de Governo, que afirmou que pretende adiantar sua ida para a reserva. Segundo a *Folha*, no ano de 1975, o cientista político americano Alfred Stepan, analisou a relação entre as Forças Armadas com o poder civil no Brasil, para Stepan, os militares criaram um caráter de tutela, contudo, em momentos em que os seus interesses não se alinhavam aos da elite civil suas tentativas de golpe (1955 e 1961) fracassaram. De acordo com a *Folha*, a chamada ala militar no governo Bolsonaro, buscou se apresentar como um ator moderado e moderador. Resultando, em embates com a chamada ala ideológica, mantendo a ideia de tutela pelos militares. Segundo a *Folha*, o alto número de militares ocupando cargos vitais no Planalto e no Ministério da Saúde mostram que essa narrativa trouxe resultados. De acordo com a *Folha*, a década de 1970, foi o período no qual se formou o núcleo de generais de Bolsonaro, como o caso de Augusto Heleno ministro do Gabinete de Segurança Institucional. (*Folha de S. Paulo – Poder – 28/06/20*)

2- Em live a psicanalista, Maria Rita Kehl, comentou sobre crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985)

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a psicanalista Maria Rita Kehl, em uma live para o curso “O que foi a Ditadura - A Árdua Conquista da Democracia - 35 anos”, falou que “a anistia geral, ampla e irrestrita [...] criou a falsa ideia de que esquerda e direita brasileiras cometeram crimes semelhantes durante a ditadura (1964-1985)”, com essa afirmação ela considerou que pelo fato da anistia ter sido geral, ampla e irrestrita fez com que os dois lados [direita e esquerda] fossem considerados iguais “se a anistia foi para os dois lados, [...] é porque eram dois lados iguais. E não”, afirma a psicanalista. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/07/20)

3- Ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho comentou sobre o “Poder Moderador”

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, Almir Pazzianotto Pinto, ex-Ministro do Trabalho e ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho comentou o Poder Moderador. Pazzianotto fez um panorama histórico indicando o momento que em o Poder Moderador existiu na História do Brasil, e que agora ele surgiu novamente pela “ausência de motivos para levarem a efeito a ideia do golpe, as hostes bolsonaristas recorrem à figura do Poder Moderador”. Posteriormente, falou sobre as Forças Armadas (FFAA) e a sua relação com a Constituição Federal “[...] instituições nacionais permanentes e regulares” e “[a] Constituição não as investe do Poder Moderador”. Finalmente, concluiu que fazer das FFAA o Poder Moderador é “abrir largas portas ao arbítrio”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 03/07/20)

4- Impunidade e os Horrores da Ditadura

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontou 434 mortos e desaparecidos, além de milhares de denúncias de abusos; a Anistia descartou responsabilização dos culpados. Momentos depois do histórico golpe de 1964, o ex-sargento e dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Gregório Bezerra, foi preso e puxado pelas ruas da cidade do Recife, em Pernambuco, ao mesmo tempo em que um oficial militar encorajava as pessoas a agredi-lo. Tal episódio simbolizou o começo de um regime militar repressivo e violento, tal como marcou também Bezerra como a primeira vítima do novo governo. As ocorrências dos primeiros meses de governo foram abordadas pelo governo militar como ações do “calor da hora”. Entretanto, tais práticas foram utilizadas como instrumento para hostilizar e interrogar opositores do governo, principalmente os considerados revolucionários e tumultuadores. Os números de tais práticas não são muito claros, dado que o regime militar não admitiu tais ocorrências. O Programa Nacional de Direitos Humanos contabilizou 20 mil casos, enquanto que as auditorias da Justiça Militar receberam cerca de 6.016 denúncias. No ano de 2014, a CNV registrou o desaparecimento de 210 pessoas e a morte de mais 191. Em comparação, as ditaduras chilena e argentina as quais listaram mais de 3.000 mortos e 30.000 vítimas respectivamente. Isso foi admitido, em certos momentos, como um indício que a ditadura brasileira teria sido menos violenta e repressiva, porém a comparação foi falha segundo Pedro Dallari, que gerenciou a CNV em 2013 e 2014, pois o

governo detinha total controle sobre os números na época. No momento em que as primeiras ocorrências de tortura foram contabilizadas, no governo Castelo Branco, a cúpula governamental tolerou tais acontecimentos. O comandante do gabinete militar da época, Ernesto Geisel, alegou que tais repressões violentas ocorreram em reduzidos números e que os casos haviam parado. Na época, o regime ditatorial compôs um instrumento para proceder com as opressões, o Serviço Nacional de Informações (SNI), formado em 1964 para sistematizar procedimentos de inteligência. O órgão praticava serviços de espionagem e vigiava pessoas consideradas subversivas. Visando aumentar a opressão e violência, no ano subsequente, o Ato Institucional nº5 deteve a garantia do pedido de habeas corpus para acusados de crimes políticos contra o sistema de segurança governamental. Tal ato favoreceu os torturadores, visto que permitia manter opositores do governo sob custódia. O governo iniciou também em 1969 um centro, criado em São Paulo, a Operação Bandeirantes, que era financiada por empresários paulistas, e que tinha como fim ordenar as ações de segurança. Tal centro foi ampliado no governo Médici. Em 1970, foi fundado o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). O DOI ampliou as técnicas de tortura e o combate repressivo. A advogada Rita Sipahi, militante da Ação Popular, foi gravemente agredida com o objetivo de revelar algumas informações do movimento de esquerda. A justificativa de tal uso de força era usar a repressão para conter o terrorismo que estava acontecendo. Os movimentos violentos da esquerda vitimizaram um número menor de pessoas, cerca de 119 vítimas, incluindo militares, policiais e civis. Esse levantamento foi feito pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Com tais ocorrências, o movimento repressor focou em deter todas as ações de terrorismo e de guerrilha. No ano de 1969, assassinou Carlos Marighella do grupo da Ação Libertadora Nacional, que teve participação do sequestro de Charles Elbrick, embaixador americano na época. Toda ação repressora teve continuidade com o governo Geisel. Pouco tempo antes de assumir a presidência, ele fez um convite ao general Dale Coutinho, para assumir o comando do Ministério do Exército, com o fim de aniquilar a subversão política, revelado em uma conversa anos após o convite. "O negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar", disse o futuro ministro à época. Geisel corresponde: "Ó, Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser". Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi levado para a carceragem do DOI paulista, lugar onde se concretizou o aprofundamento ao combate dos movimentos de esquerda. Herzog sofreu uma sequência de choques elétricos, e também foi espancado, sua morte ocorreu no dia seguinte. Os militares enfatizaram que o jornalista se enforcou com a ajuda da "cinta do macacão" dado aos presos, apesar de que esses macacões não tivessem cinto. Tal versão escondia a morte durante tortura, com a cooperação de um médico legista que adulterou seu atestado de óbito, segundo informações apuradas anos depois. A influência da morte de Herzog aumentou as cobranças pela abertura, que foram feitas pelo governo estadunidense e também por entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil. A eventual abertura foi realizada sob comando dos militares, com normas impostas pela Lei da Anistia do ano de 1979. Os ativistas de esquerda tiveram seus crimes perdoados, entretanto a lei também protegeu os crimes da repressão. (Folha de S. Paulo – O que foi a ditadura – 27/06/20)

5- “Libelu – Abaixo a Ditadura” é o nome de novo documentário sobre a ditadura Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Libelu era uma organização trotskista que surgiu com a retomada do movimento estudantil após a opressão que o Ato Institucional nº5 impôs no Brasil. Seu berço era a Universidade de São Paulo (USP) e o significado de seu nome se referia a liberdade e luta da época contra o regime militar (1964-1985). Apesar de seu tempo de atividade ser só de seis anos, o grupo teve grande atuação no movimento de oposição ao regime militar. Com a direção de Diógenes Muniz, o documentário “Libelu – Abaixo a Ditadura” mostra a história dessa entidade estudantil e deve estrear no festival É Tudo Verdade. O filme além de mostrar as atividades do grupo há 60 anos atrás também traz depoimentos de hoje dos principais líderes do movimento, uma das pautas do documentário é como tais rebeldes foram engolidos pelo sistema. Muitos acabaram em cargos de imprensa. Antônio Palocci Filho estudante da faculdade de medicina da USP, campus de Ribeirão Preto, ingressou na carreira política, diferente de seus companheiros, até ser preso pela Lava Jato. A Libelu, criada em 1976, sempre procurou modos de influenciar a juventude estudantil tanto culturalmente como politicamente. Um dos seus diferenciais era como tratavam as questões de modo direto, por exemplo gritando e pichando “abaixo a ditadura”. Muitos dos líderes estudantis eram recrutados pela Organização Socialista Internacionalista (OSI), espécie de entidade-mãe da Libelu, que atuava na clandestinidade. Com o clima mais brando do final da ditadura a Libelu ganhou grande protagonismo no cenário popular do Brasil. Porém essa fama trouxe muitos malefícios como fichamento no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e muitos apanharam na invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC), em 1977. Sendo as cenas desse episódio de grande destaque no documentário. No início dos anos 1980 a Libelu foi chegando ao seu fim devido ao desânimo dos integrantes, mudança de visão e ideais. Por exemplo, os colunistas da *Folha* Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli seguiram uma vida política com viés de direita, já Markus Sokol, dirigente petista e líder da corrente O Trabalho, herdeira da OSI e a jornalista Laura Capriglione seguiram pelo campo da esquerda. Apesar de ter uma grande sensação no ar de que muitos integrantes foram corrompidos pelo sistema, a história deste movimento estudantil era contada com muito orgulho, os membros afirmavam ter ajudado a acabar com a ditadura e se orgulhavam disso. (Folha de S. Paulo – O que foi a ditadura – 02/06/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Julia Ribeiro Dos Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).